

Diário do Legislativo de 08/03/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder:

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DO PFL

Líder:

Vice-Líder:

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder:

Vice-Líder:

LIDERANÇA DO PPS

Líder:

Vice-Líder:

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder:

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder:

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo BPSB
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSP
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado J3sus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jos3 PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB
Carvalho

Deputado Djalma PPS
Diniz

Deputado Sebastião PPS
Costa

Deputada Cec3lia PT/PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado PPS
Sebastião Costa

Deputado BPSP
Ermano Batista

Deputado PT/PCdo
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado PP
George Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corr3a

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Ant3nio J3lio PMDB

Deputado Marlos PPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Roberto BPSP
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Paulo BPSP
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio BPSP
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado Biel PT/PCdo
Rocha B

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Weliton PT/PCdoB
Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião Helvécio

Deputado BPSP
Ermano Batista

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado PP
Alberto Pinto
Coelho

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPS

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Luiz Humberto BPS
Carneiro

Deputado Irani Barbosa BPS

Deputado André Quintão PT/PCdB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PPS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdB Presidente
Laudelino B
Augusto

Deputado Doutor BPS Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João BPS
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Márcio PPS
Kangussu

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdB
Gomes

Deputado Alencar da BPS
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPS
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado André PT/PCdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PcdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PT/PCdoB
Tereza Lara

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado PT/PCdo
Ricardo Duarte B

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado BPSP
Domingos Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Jayro PFL
Lessa

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente
Leonardo
Moreira

Deputado BPSP
Sargento
Rodrigues

Deputado PT/PCdo
B
Weliton Prado

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar da Silveira Jr. BPSB Presidente

Deputada Costa Elisa PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Barbosa Irani BPSB

Deputada Moraes Jô PT/PCdoB

Deputado Gustavo Valadares PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSB

Deputado Quintão André PT/PCdoB

Deputada Resende Ana Maria BPSB

Deputado Gomes Carlos PT/PCdoB

Deputado Paulo César BPSB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Moreira Célio BPSB

Deputado Nogueira Ivair PMDB Vice-Presidente

Deputado Godinho Olinto BPSB

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdoB

Deputado Dimas Fabiano PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinheiro Dinis BPSB

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio PPS
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Carlos PT/PCdoB Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdoB
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Paulo BPSP
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/12/2005

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João, Marlos Fernandes, Doutor Viana e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Laudelino Augusto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Padre João, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a pesquisa agropecuária, as linhas de ação da Fapemig e a distribuição de recursos para pesquisa no Estado, e apreciar proposições da Comissão. Logo após, comunica o recebimento de ofício do Sr. Maurílio Alves Moreira, justificando sua ausência na reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Fúlvio Rodrigues Simão, Assessor Técnico da Coordenação do Programa Rede Estadual de Ciência e Tecnologia para Inovação Agroindustrial, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, representando o Secretário; Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da Epamig; José Geraldo de Freitas Drumond, Presidente da Fapemig; e Jason de Oliveira Duarte, Pesquisador e Chefe de Administração da Embrapa na área de Socioeconomia, em Sete Lagoas, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Padre João, e o Deputado Doutor Viana, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. A Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, a seguir, agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2006.

Padre João, Presidente - Marlos Fernandes - Doutor Ronaldo.

ATA DA 14ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 14/12/2005

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Nos termos do art. 136 do § 3º do Regimento Interno, o relator do Projeto de Lei Complementar nº 59/2005, Deputado Gustavo Corrêa, solicita seja distribuído avulso do seu parecer, o que é deferido pelo Presidente. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.813/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após a discussão e a votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.094/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); 2.572/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo), 2.809 e 2.816/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 2.592 e 2.693/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.653 e 2.827/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento que solicita seja convertido em diligência à Secretaria de Educação o Projeto de Lei nº 2.817/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 14/12/2005, às 17 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gustavo Corrêa - Gilberto Abramo - Edson Resende.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 8ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 8/3/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.664/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.313/2003, do Deputado Adalclever Lopes, que institui o Dia do Yôga. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 324/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública de ensino estadual e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 774/2003, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dores do Indaiá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.429/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a Política Estadual de Saúde Vocal. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.540/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.643/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.706/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a defesa dos dirigentes e servidores das empresas estatais e das sociedades por ações e de responsabilidade limitada. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 8/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.866, 5.867, 5.892, 5.893, 5.933 e 5.957/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.868 e 5.932/2005, do Deputado Domingos Sávio; 5.870/2005, do Deputado Doutor Ronaldo; 5.881, 5.886 e 5.887/2005, da Comissão de Participação Popular; 5.907/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 5.916/2005, da Comissão de Saúde; 5.951, 5.952, 6.052 e 6.053/2006, do Deputado Antônio Andrade; 5.961/2006, do Deputado Gustavo Valadares; 5.963/2006, do Deputado Jayro Lessa; 5.997 a 6.005, 6.019 a 6.027/2006, do Deputado Antônio Andrade; 6.030 a 6.037 e 6.039/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.048 e 6.049/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 6.059 a 6.069, 6.091 e 6.092/2006, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 8/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.357 e 2.840/2005, do Governador do Estado; 2.132/2005, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 5.835/2005, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.994/2006, do Deputado Antônio Andrade; 6.085/2006, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.433/2005, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 8/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.015/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.017/2006, do Deputado Márcio Kangussu; 6.045/2006, do Deputado Sebastião Helvécio; 6.073/2006, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Henrique, Célio Moreira, Irani Barbosa e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/3/2006, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Vice-Presidente .

Sala das Comissões, 6 de março de 2006.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Henrique, Célio Moreira, Chico Simões, Irani Barbosa e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/3/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, do Deputado Ivair Nogueira, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de março de 2006.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 16.798, 16.872 e 16.882

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Paulo Piau, Alencar da Silveira Jr., Célio Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/3/2006, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para turno único dos vetos às Proposições de Lei nºs 16.798, 16.872 e 16.882, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de março de 2006.

George Hilton, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Célio Moreira, Dimas Fabiano, Olinto Godinho e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/3/2006, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 7 de março de 2006.

Ivair Nogueira, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Cecília Ferramenta e Maria Olívia e os Deputados Leonídio Bouças e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/3/2006, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 7 de março de 2006.

Carlos Gomes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/3/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de conhecer os motivos da ausência de propostas para o Edital Concorrência Codemig nº 04/2005, que tem o objetivo de arrendar direitos minerários, equipamentos e instalações de envasamento das águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, bem como buscar soluções para o processo; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de março de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 16.810, 16.814 e 16.870

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Carlos Gomes, Dimas Fabiano e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/3/2006, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para Turno Único dos Vetos às Proposições de Lei nºs 16.810, 16.814 e 16.870, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de março de 2006.

Maria Olívia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 2º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 2.664/2005

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De iniciativa desta Comissão, a proposição em tela tem por escopo aprovar previamente, nos termos do art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a legitimação das terras devolutas que especifica.

O projeto foi aprovado no 1º turno e agora retorna a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, c/c o art. 102, IX, do Regimento Interno.

Fundamentação

O objetivo da proposição é aprovar previamente a legitimação de 10 porções de terras devolutas rurais situadas nos Municípios de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo, Santo Antônio do Retiro e Guarda-Mor, cada uma contando com área superior a 100ha.

Cumpra esclarecer que, de conformidade com os autos dos processos instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter-MG -, a transferência de domínio dos imóveis far-se-á em concordância com as exigências legais, atendendo, assim, ao objetivo de promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo.

No tocante à possível repercussão financeira ou orçamentária da aprovação do projeto, afirmamos que ela inexistente, porquanto a alienação dos imóveis dar-se-á pela modalidade de compra preferencial e, mais ainda, o processo será custeado pelo próprio beneficiário.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.664/2005, no 2º turno.

Sala das Comissões, 7 de março de 2006.

Padre João, Presidente e relator - Marlos Fernandes - Luiz Humberto Carneiro - Doutor Viana.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 7/3/2006, a seguinte comunicação:

Do Deputado Dilzon Melo, notificando a indicação do Deputado Célio Moreira para membro efetivo da Comissão de Transporte e do Deputado Leonídio Bouças para membro efetivo da Comissão de Turismo, nas vagas do Partido Liberal. (- Ciente. Designo, nos termos do art. 106 do Regimento Interno. Às Comissões e cópia às Lideranças.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/3/2006

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, público presente a esta reunião, telespectadores da TV Assembléia, gostaria de comentar, nesta tribuna, algo diferente do que a realidade me leva a discutir nesta tarde. Neste Plenário, nas últimas semanas, de alguma forma, procuramos alertar a população de Minas Gerais sobre a realidade do nosso país. Aliás, disse, em algumas oportunidades, que precisávamos de um choque de realidade, da realidade que vive o nosso país. Nós, que temos o cuidado de conversar com a sociedade e de procurar traduzir o momento do País, preocupamo-nos. Lamentavelmente, os números comprovam a realidade: o nosso país não cresce, não dá oportunidade ao seu povo. Os números nos mostram a realidade: o crescimento da economia brasileira caiu pela metade em 2005. Esses números não podem ser negados.

A expansão brasileira - se pudermos usar esse termo - foi de apenas 2,3%. Lamentavelmente, o Brasil apresenta o pior desempenho da América Latina, excluindo-se, é claro, o Haiti, em guerra civil. Essa é a realidade do nosso país. Alguns noticiários manifestavam expectativa em relação à situação brasileira, mas nós, em permanente contato com a população, acompanhamos a situação do nosso povo e vemos que essa é a nossa realidade, diferente da de outros países da América do Sul, como a Argentina, que cresceu 9,1%. Deputado Martini, o nosso crescimento não pode ser assim chamado, se comparado ao crescimento argentino. É um desempenho pífio. Que bom para a Argentina, e que ruim para o nosso país! O Brasil vive muitos momentos de propaganda. Divulgam a idéia de que vivemos momentos excepcionais. Mas, reitero, precisamos de um choque de realidade, de verdade, do que vive a nossa população. A Venezuela cresceu 9%. Se compararmos o crescimento desse país com o nosso, veremos que os números brasileiros são lamentáveis. A agropecuária, nosso tradicional carro-chefe, apresentou o pior resultado desde 1997.

Nesta tribuna, mostro-lhes a realidade em que vive o nosso país, este gigante! A expansão industrial brasileira passou de 7,7% para 1,3%, se é que podemos chamar isso de expansão. O Brasil cresceu a metade da média mundial!

O mundo cresceu 4,3%, e o Brasil cresceu - se é que se pode chamar isso de crescimento - metade desse percentual. O Brasil cresceu um terço da média dos países emergentes, que foi de 6,4%. O resultado é considerado pequeno, em face do cenário externo favorável ao crescimento. A Taxa Selic, em 2004, saltou para 16,3% e, em 2005, para 19,1%. Nos três primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso, tivemos 3,4% do PIB e, nos três anos do governo Lula, 2,6%. Esses números, que demonstram a realidade do nosso país, são

impressionantes. Este gigante que é o Brasil, lamentavelmente, apresenta um crescimento muito distante da sua realidade.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Serei breve, Deputado João Leite, pois sei que V. Exa. ainda tem muito a dizer. Ademais, depois farei uso da tribuna. Ênfase o que diz V. Exa., pois precisamos comparar as diferentes realidades para entendermos o que é melhor ou pior.

Nos governos passados, o mundo vivia uma crise de liquidez. Hoje, há um excesso de liquidez, ou seja, há dinheiro sobrando. Quando cai o risco-Brasil - o mesmo acontecendo com a Argentina e com o México - é porque as agências precisam fechar os olhos para a realidade, já que há dinheiro sobrando, sendo preciso investi-lo. Como V. Exa. expôs, com muita propriedade, o mundo cresceu 4,3%, sem se levar em conta os países que estariam mais ou menos de acordo com a nossa realidade, como a China. Economicamente, podemos equiparar-nos à China, que cresceu 9%. A Argentina, que fica aqui do lado, enfim, todos os nossos vizinhos cresceram.

Como V. Exa. deve anunciar - se já não o fez -, crescemos mais que o Haiti, que passa por uma revolução interna. O mundo inteiro está-se unindo para resolver esse problema. Ainda assim, o Haiti cresceu 1,5%, enquanto o Brasil cresceu 2,3%. E pior: a dívida pública brasileira cresceu 10%, ou seja, os brasileiros ficaram 10% mais pobres. Essas questões precisam ser evidenciadas para que a sociedade brasileira conheça a realidade.

Daqui a pouco, falaremos da postura da CNBB, que, no passado, deu apoio, pois acreditava que havia uma proposta que resgataria a dignidade dos pobres e promoveria maior justiça social. Trarei dados, números estupefacentes. Quem ganha dinheiro neste país? Quantas pessoas estão ganhando dinheiro?

Para encerrar, Deputado João Leite, ressalto que o Presidente diz que faz campanha durante 365 dias por ano. É claro, pois ele não governa. Quer dizer, quem tem, quem assume a responsabilidade de governar não tem tempo para fazer campanha. Todavia quem não faz o que um governante, um Executivo deveria fazer transforma-se em uma figura decorativa e vai rodar o Brasil.

Aproveito para fazer uma sugestão a V. Exa. Poderíamos mandar um aviso ao Secretário do Presidente para ele vir inaugurar o Aeroporto de Confins, visto que o tráfego de Belo Horizonte foi transferido para lá, já que o de Recife foi inaugurado duas vezes. O Governador vai inaugurar a Linha Verde, e o Presidente poderá inaugurar, pela segunda vez, o Aeroporto de Confins. Obrigado.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Miguel Martini, pelo aparte, que enriquece a manifestação que fazemos da tribuna. Concordo com V. Exa. Quando temos viagens que produzem, como vimos o Governador Aécio Neves retomando o diálogo internacional, e assim recursos do Banco Mundial para investimento em Minas Gerais, percebemos pelos números que a indústria mineira cresceu 5,2% em 2005. E esses são bem diferentes dos números brasileiros, apesar das constantes viagens do Presidente da República. S. Exa. comprou, aliás, um avião de US\$170.000.000,00 para suas viagens.

Concordo plenamente com a leitura feita pela CNBB, a qual retrata a realidade do nosso país. Sei da resistência às palavras dos dirigentes da CNBB, mas elas traduzem o que os números estão dizendo, especialmente em relação ao lucro dos Bancos no País. Isso é uma afronta ao Brasil. Por isso, nas pesquisas, temos aqueles que estão junto aos Bancos dando preferência a este governo, mas - é claro - devido ao crescimento, a esse lucro exorbitante dos Bancos.

O Bradesco chegou a ter o maior crescimento na América Latina - em Bancos de capital aberto da história da América Latina -, auferindo lucros extraordinários neste governo do Presidente Lula.

Gostaria também de trazer outro sentimento que estamos colhendo da população em relação aos combustíveis. A população brasileira sente-se traída por ter sido levada a comprar carros a álcool, já que se manteria um preço mais baixo; porém, hoje, o álcool já alcança o preço da gasolina, e aquele que comprou seu carro chamado "flex" pode usar qualquer um dos combustíveis, uma vez que os preços são os mesmos. Aliás, está chegando perto de R\$3,00, conforme o Estado da Nação. Assim, a população sente-se traída, porque não houve planejamento.

O preço dos combustíveis foi reajustado ontem. A gasolina está 5% mais cara em algumas bombas; e o álcool, 10%. Houve ainda a redução de 25% para 20% do álcool anidro na gasolina. A Deputada Lúcia Pacifico está preocupada com as donas de casa. Na nossa fronteira com a Argentina, está havendo uma corrida para esse país porque, com o dinheiro com que se enche um tanque no Brasil, enchem-se dois na Argentina.

Há uma propaganda oficial em que se divulga que a Petrobras é auto-suficiente. Como pode ser auto-suficiente se o brasileiro paga quase R\$3,00 por um litro de gasolina? Essa é a realidade que o nosso povo está enfrentando. Ouvi hoje alguns brasileiros dizerem que deixarão os carros em casa para enfrentar esse transporte coletivo caótico, como, por exemplo, o da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cuja Prefeitura do mesmo governo federal retirou Belo Horizonte da Câmara de Compensação Tarifária da Região Metropolitana. Isso fez com que tivéssemos o maior crescimento de vilas e favelas da história de Belo Horizonte.

Essa é a realidade que o País vive neste momento. Mexer na fórmula da gasolina foi um desastre, assim como há desastre em tudo que este governo quer atuar, pois atua sem planejamento. Ele atua sem ter pensado anteriormente; é um governo que não planeja. Em alguns momentos, nota-se que é dito para fora do Brasil que temos um combustível alternativo, o álcool. Mas como oferecer a outros países se não houve planejamento?

Sr. Presidente, temos um combustível alternativo, ou seja, o álcool; todavia, como podemos oferecer esse combustível para outros países se não houve planejamento para que o Brasil tivesse condições de fazê-lo? Infelizmente, essa é a realidade que colhi das pessoas nas ruas e nas estradas, por meio do alarmante número de mortes nessas estradas abandonadas e sem infra-estrutura. É lamentável, mas essa é a realidade do país. Precisamos mudá-la. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, novamente o debate nacional vem a esta Assembléia, e é importante que venha. Como líder do Bloco PT-PCdoB, apresentarei os números comparativos entre o governo Lula e o governo Fernando Henrique Cardoso. O governo hoje tem a aprovação da maioria do povo brasileiro, pois inverteu prioridades e desenvolveu políticas públicas de inclusão social, como nunca houve no País. O Bolsa-Família, por exemplo, incorpora mais de 9 milhões de famílias e, até o final do governo, absorverá 11.300.000 famílias.

O governo Lula apresentou uma meta civilizatória de eletrificação rural para todas as propriedades rurais, principalmente as pequenas, abandonadas e esquecidas pelos governos anteriores. O governo quadruplicou os recursos para a agricultura familiar, para o pequeno agricultor, para o pequeno proprietário de terra. Pela primeira vez, o governo Lula tomou uma decisão ousada: incorporar o jovem pobre, que já havia perdido sua auto-estima, que só conhecia a universidade por meio de novelas e de revistas e nunca havia ali colocado os pés, pois nem sequer tinha direito ao ensino superior. Por meio do ProUni, haverá quase 200 mil jovens pobres na universidade brasileira, e, em alguns

cursos, além da isenção total do pagamento, poderão contar com uma ajuda de custo de R\$300,00. Muito nos estranha o fato de defensores do governo Fernando Henrique fazerem comparações, mesmo no âmbito econômico.

Abordarei alguns desses indicadores. Os juros em 2002 foram de 25%, ao passo que, em 2005, foram de 17,25%, o que significa que houve uma variação de 31%. E vejam que esse quesito gera polêmica até mesmo no interior do PT. Inflação em 2002, 12,53%; em 2005, 5,69%.

Relação dívida-PIB: 55% em 2002 e 51% em 2005. O risco-Brasil diminuiu de maneira absurda no governo Lula, podendo trazer mais investimentos ao País. Quanto ao crescimento da dívida pública, houve uma variação de 63%. A dívida externa dolarizada foi praticamente liquidada pelo governo Lula. Nós, do PT, sonhamos ser melhores que o governo Fernando Henrique.

Mas, já que o Deputado que me antecedeu fez essas comparações, queria dizer que, se compararmos - o governo Lula ainda não terminou, a Oposição quer que termine logo porque ele não pára de subir nas pesquisas - o final dos quatro anos deste governo com o final dos oito anos do Fernando Henrique, veremos a taxa média de crescimento. Os números não mentem; apontam que o governo Lula adotou uma política séria que estabilizou a economia e não permitiu, de fato, um crescimento mais ousado de uma vez só em função da crise, da herança maldita herdada do governo FHC. Hoje, o País apresenta índices de crescimento sustentável que certamente apontarão para resultados muito mais animadores em 2006. Não adianta simplesmente crescer economicamente; a grande virtude do governo Lula é compatibilizar crescimento econômico com redução de desigualdade. A miséria está diminuindo no Brasil. Dados do PNAD e do IBGE mostraram que há 8,3% a menos de miseráveis, de pobres, em razão das políticas de inclusão social. Aliás, políticas essas que não são adotadas com o mesmo vigor que o governo Lula adota no Brasil e em Minas. Para se ter uma idéia, somente o Ministério do Desenvolvimento Social aplica cerca de R\$2.000.000.000,00 em programas no Estado.

Vejam bem, Deputada Jô Moraes, Deputado Sebastião Helvécio, que acompanharam a discussão do PPAG. Tive o cuidado de fazer uma análise da execução orçamentária do Estado no ano de 2005 e descobri coisas interessantes, exercendo, com o apoio dos técnicos da Assembléia, o nosso papel de fiscalização. O governo estadual tem 31 projetos estruturadores. O que são esses projetos? São aqueles que o governo considera mais importantes, que foram submetidos ao crivo desta Casa - o Projeto nº 31 foi resultado de emenda popular da área de assistência social. Analisando os dados dessa execução orçamentária, verificamos uma pequena melhora em relação ao ano anterior. Na média, subiu de 64%, 65% para 70%. Dos 31 projetos, 19 estão com percentual de execução inferior ao de uma área que não é prioritária, que não é estruturadora, a de comunicação social - espanta-me que o Governador tenha criticado o excesso de propaganda do governo federal -, que teve uma suplementação de 598% do previsto para 2005. Foram liquidados R\$67.000.000,00. Dos 31 projetos estruturadores, 26 gastaram menos do que o governo gastou com comunicação social.

Vejam bem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, esta Casa aprovou 31 projetos prioritários, e o Governador gastou mais com comunicação social do que em 26 desses projetos ditos prioritários. Fiz uma soma, escolhendo alguns desses projetos, para mostrar qual é a prioridade do governo estadual, ou seja, a incorporação das elites ou a dos pobres, com combate às desigualdades regionais.

Somei o que ele gastou com projetos estruturadores, alguns referentes à assistência social às famílias pobres; o projeto Minas Sem Fome, relativo ao combate à fome em Minas Gerais; o programa de inclusão digital destinado principalmente aos jovens mais pobres; o projeto Primeiro Emprego; e o projeto de habitação do governo estadual. Não estou comparando um desses projetos com comunicação social. Somando tudo o que o governo do Estado gastou com esses projetos, o valor ainda é menor que o gasto com comunicação social.

Ora, é disso que estamos falando. Aliás, como Deputados Estaduais, temos de voltar os nossos olhos e as nossas melhores energias de fiscalização para o que faz o governo do Estado, principalmente na área social. Deparamos com uma execução orçamentária de 15,48% no projeto prioritário de revitalização do Rio São Francisco. No projeto Minas Sem Fome, verificamos que o Estado somente executou 15,94%. Amanhã algum técnico pode dizer: "Não. É porque não vieram recursos externos, recursos da União". Tive acesso ao projeto Minas Sem Fome, e em 2005 o Estado gastou somente 15,98% do que era de recurso ordinário, recurso seu, ou seja, que não dependia de ninguém. Portanto, essa desculpa não serve para o projeto Minas Sem Fome.

Analisei outro projeto que, de fato, possui uma execução dentro da média - Pavimentação de Acessos Rodoviários - e está com 73% de execução orçamentária. Verificamos que os recursos transferidos por meio da Cide somam uma média de execução orçamentária de 80%, correspondendo a 30% sobre o total autorizado para o gasto com pavimentação. Desse projeto de pavimentação, referente aos 224 Municípios que defendemos aqui - aliás, votamos projeto de empréstimo -, 30% é recurso da Cide; 22%, resultado de acordo, convênio e ajuste; e 35%, recurso ordinário.

Esses e outros dados, que, aliás, são muitos, estão disponibilizados. Graças ao auxílio inestimável da assessoria da Assembléia e da assessoria coletiva do Bloco PT-PCdoB, tivemos a chance de acompanhar mês a mês a execução orçamentária do governo do Estado. Percebemos que Minas Gerais precisa de um choque social e de menos propaganda e mais inclusão social. É preciso que o Estado complemente recursos da merenda escolar como outros Estados. Minas Gerais precisa de complementação para os programas de transferência de renda, como ocorre em outros Estados; de recurso próprio para combater a fome e a miséria, e não trocar nome de programa como ocorreu no Estado, traduzindo o Fome Zero para o Minas sem Fome, ou observar o que aconteceu com a Secretaria destinada aos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. De cada R\$3,00 aplicados, R\$2,00 são recursos transferidos do governo federal, especificamente do Ministério de Desenvolvimento Social, tão bem gerenciado pelo mineiro Patrus Ananias, ex-Prefeito.

Deputadas e Deputados, gostaria que a oposição ao governo Lula nesta Casa tivesse muito cuidado quando fosse comparar números, até em relação ao governo Fernando Henrique. A oposição aqui está na contração do sentimento popular e até de alguns tucanos de alta plumagem que correm dessa comparação; aliás, se comparam, perdem a eleição. É preciso perceber que Minas Gerais investe muito pouco na área social diante do que os pobres merecem e precisam e do que o governo federal destaca para o Estado. Felizmente o governo Lula tem aberto universidades nas regiões mais pobres, ampliado o Bolsa-Família e construído eletrificações rurais. Esses programas são tão bons que, no início, o próprio governo estadual queria apropriar-se deles por meio de uma inteligente política de "marketing".

Hoje a população, felizmente, começa a ter acesso aos recursos que, de fato, estão sendo aplicados em Minas e está percebendo que eles vêm do governo federal. Esses benefícios eram um compromisso do governo Lula. Não é por outro motivo que a aprovação e a aceitação do seu governo somente crescem ao longo do ano de 2006.

Então, Sr. Presidente, para não ser tachado de antidemocrático, até porque poucas chances temos de apartear um Deputado, e em respeito ao meu ex-colega de Câmara Municipal e, hoje, Deputado Estadual, Alencar da Silveira Jr., concedo-lhe um aparte de 30 segundos.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputado André Quintão, solicitei-lhe um aparte apenas para parabenizá-lo.

V. Exa. expõe várias questões nas quais tem total razão. Entendo que o Presidente Lula cresce, e o PT cai. Tudo o que vimos, comentava com o Deputado Durval Ângelo, não era um problema do Presidente, pois ele não sabia o que estava ocorrendo, mas sim do PT, que queria ficar no poder o tempo todo.

Quero parabenizá-lo também porque, na última terça-feira, fiz um comentário aqui sobre a Medida Provisória nº 280, em que o Presidente Lula editava o fim do vale-transporte, tirava o papel e deixava o benefício em dinheiro. Mostramos as dificuldades que o trabalhador teria, bem como o que iria perder. Fizemos, inclusive, essa exposição na Comissão do Trabalho, assim como o faríamos numa comissão especial. Na quinta-feira, logo após a nossa exposição, o Presidente Lula tornou sem efeito a referida medida.

Entendo, hoje, que o Lula está bem. Aonde vou, em Minas Gerais e no Brasil inteiro, Deputado André Quintão, a população fala bem do Presidente, principalmente o povo mais carente, apesar do aumento de 37% no metrô. Falam bem porque estão comendo.

O Presidente está fazendo a coisa certa: mostra o que fez e o que faz, impulsionando, assim, a sua campanha. Então, está bem, apesar do aumento de 37% na passagem do metrô de Belo Horizonte. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado. Por falar em aumento, tivemos hoje um reajuste na Copasa cinco vezes maior do que o IGP. Então seria bom que a Oposição, que é governo aqui em Minas, mas Oposição ao governo Lula, viesse explicar esse aumento.

O governo Lula não discrimina Minas Gerais. Queremos mais, por sermos mineiros. Esperamos, então, que o governo estadual gaste menos em propagandas e mais com o políticas públicas sociais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, quero também dar continuidade a esse assunto, por achar correto analisarmos o que é feito no Brasil tendo como referência o que faz o governo federal, como anda o País, pois é óbvio que isso influencia cada Estado. Por outro lado, não podemos nos esquecer de que o Estado da Federação existe e de que há governos que têm responsabilidade pelo que acontece no Estado.

Às vezes, não compreendo o porquê de a Oposição ao governo Lula aqui fazer mais oposição ao governo federal do que a Situação apoiar o governo Aécio. Pouco se diz do governo Aécio por parte da Situação em Minas. É como se ele não tivesse importância. Estou até acreditando que a importância do governo Aécio é pequena para Minas e para o Brasil, porque pouco influencia. Se formos avaliar os números de crescimento econômico, parece óbvio que o crescimento que acontece em Minas Gerais é proporcionado pela política econômica adotada no governo federal. Daí o crescimento em Minas ser maior ou menor em relação à política do governo federal.

Mas, quando o crescimento é por demais positivo, dizem que Minas cresceu, como se não houvesse nenhuma correlação com as medidas tomadas pelo governo federal. Se o crescimento cai, parece que é somente no Brasil, que Minas não sofreu nenhuma alteração e que o Governador não tem a menor responsabilidade. As coisas são vistas, portanto, de modo equivocado. É preciso fazer uma análise séria.

O Deputado André Quintão nos traz dados relevantes pela segunda vez consecutiva para compararmos o atual governo federal com o anterior. Em todos os itens, o governo Fernando Henrique foi pior que o governo Lula, mesmo considerados oito anos contra menos de quatro anos, inclusive nos quesitos em que o governo Lula poderia ter sido melhor e que será melhor no segundo governo, por exemplo, nos juros. É óbvio que os juros continuam altos. Nós, do PT, sabemos isso. É correta a crítica feita pela CNBB de que os juros estão altos. Os juros continuam altos, mas já foram mais altos no governo tucano, quando chegaram a 27,5%. O próprio Presidente já determinou que se aplique uma política de diminuição desses juros. A diminuição das taxas de juros já começou, e ainda ocorrerá.

Em relação às políticas sociais, o Deputado André Quintão já mencionou vários dados. Se as políticas sociais do governo Lula ainda não são suficientes para reverter o quadro de miséria no Brasil - e não poderiam ser mesmo suficientes em pouco mais de três anos -, também é evidente que, na área social, muitos e muitos bilhões foram investidos a mais do que no governo Fernando Henrique Cardoso. É necessária essa comparação entre os dois governos, não apenas do ponto de vista do ideal, mas do ponto de vista prático. É a partir daí que a candidatura do Lula à reeleição cresce e ganha fôlego a olhos vistos. As pesquisas têm demonstrado que a candidatura do Presidente Lula à reeleição passa a ser uma hipótese cada vez mais considerável. O fato é que o quadro político no Brasil mostra situações que precisam ser analisadas. No ano passado, o PSDB nacional, o Senador Arthur Virgílio e outros sectários do PSDB, em especial os paulistas como um todo, e de outros Estados, fizeram uma oposição tão raivosa que tiveram até a coragem de ameaçar dar uma surra no Presidente. Imaginem um Senador ter a coragem de dizer isso no Congresso Nacional. A oposição foi completamente descabida, sem conteúdo, sem programa. Parecia uma oposição feita apenas de ódio e de preconceito contra a origem do Presidente Lula. Foi esse o tipo de oposição feita no ano passado. E os tucanos acharam que, com isso, já haviam ganhado a eleição. Iniciou-se uma disputa entre eles, Alckmin e Serra, para ver quem seria o candidato a Presidente. O Governador Aécio Neves foi mais esperto saindo dessa disputa, e hoje, pelo que vejo, o Alckmin e o Serra não sabem o que fazer, um querendo empurrar a disputa para o outro. Daqui a poucos dias, o Serra dirá que não pode sair da Prefeitura de São Paulo porque assumiu um compromisso com o povo desse Município, e o Alckmin, que o Serra demorou demais, que queimou a sua candidatura. Como o Aécio já fugiu dessa disputa, viu que é fria, é perigoso os tucanos não o lançarem candidato à Presidência da República. De fato, as coisas estão ficando ruins exatamente porque o povo brasileiro entende que é necessário dar continuidade a um projeto de mudança do País e nele avançar. Vamos ter que concluir esse projeto com outras medidas, com a ascensão do movimento popular, e forçar medidas mais profundas na correlação de forças com as elites do País. Tudo isso está por acontecer e aponta a necessidade de termos um governo como o do Presidente Lula.

Essa é a discussão que o povo brasileiro quer fazer e está fazendo. Há uma pesquisa, na cidade de São Paulo, em que o Lula se encontra à frente tanto do Governador Geraldo Alckmin como do Prefeito José Serra. Se as eleições fossem hoje, a cidade de São Paulo apontaria vitória para o Presidente Lula. É claro que muita água ainda há para correr, mas, ao que tudo indica, o povo brasileiro fez a opção para discutir programa, governo, ações, para fazer comparações e, principalmente, avançar em torno de um programa.

Faço uma análise tranqüila dos pontos onde temos que avançar e da realidade brasileira. Evidentemente, não avançamos em tudo, mas, com certeza, do ponto de vista das demandas populares, progredimos, com um governo mais avançado que qualquer outro já visto no Brasil, especialmente em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso nos seus oito anos de mandato.

É preciso fazer comparações com o Estado de Minas Gerais, e acredito que o Governador exagera. Ele anuncia que irá viajar do dia 1º ao dia 13. Na semana passada, fiz um pronunciamento dizendo que ele iria voltar, depois do Carnaval, descansado para reiniciar os trabalhos, e hoje recebemos a sua mensagem dizendo que irá se ausentar por motivos particulares. Não se sabe o motivo da viagem, porque ele não esclarece se é por tratamento de saúde ou férias, o que creio que não seja, porque, em janeiro, ele viajou para o exterior com sua filha, que se encontra viajando.

Enfim, por motivos particulares, ele se ausentará do dia 1º ao dia 13 de março. Acreditava que o Governador iria voltar recuperado em suas energias, pois, desde o "show" dos Rolling Stones, ele não aparece em Minas Gerais, a não ser para assinar a mensagem de sua ausência, ato lido hoje. Depois disso, já surgiram outras atividades, entre elas, o "show" do U2. Julgo que tenha o direito de participar. Acredito que não tenha o direito de fazê-lo utilizando de pouco espaço de análise crítica que a imprensa tem em Minas Gerais. O Governador foi à imprensa, há pouco, e disse que o Presidente Lula viaja demais. Ele, Governador, estava impressionado porque a sua mesa estava cheia de ofícios, papéis, reuniões, e ele não conseguia fazer tudo e não sabia como o Presidente Lula conseguia viajar tanto e inaugurar obras. O governo Lula, concordando ou não, está inaugurando obras relativas ao trabalho que vem fazendo e está fazendo. O Governador opta por outras viagens, em especial, para o Rio de Janeiro e São Paulo, para "shows" que vêm ocorrendo e que, aliás, são muito bem recebidos no Brasil. Já que está com

a mesa cheia de ofícios e reuniões, talvez ele pudesse se ocupar mais com esses ofícios, o que é opção particular sua. Ele não deveria fazer essa polêmica pela imprensa e depois remeter um ofício, como fez agora.

Estou convencido, Deputada Jô Moraes, que o Governador Aécio Neves torce pela derrota dos tucanos, que ele tem mais um projeto particular do que partidário.

A análise que vem sendo feita por analistas políticos de que a derrota do Alckmin ou do Serra o coloca, em tese, como possível candidato, não para esta eleição, mas para a outra, pode estar passando pela sua cabeça. Não vejo outro motivo para ele se ausentar do Brasil exatamente agora, no momento em que os tucanos estão para fazer uma decisão importante. Ele se ausenta, não dá opinião e torce por que a escolha queime definitivamente um dos dois tucanos que estão ali colocados para a disputa do palácio.

Enfim, para não permitir que a Assembléia Legislativa cometa erros na análise da mensagem que o Governador nos enviou, formulo um requerimento à Mesa. (- Lê:): "Mensagem nº 510: Comunico a essa augusta Assembléia Legislativa que estarei ausente do País no período de 1º a 13 de março, para tratar de assuntos de interesse particular, portanto sem ônus ao erário."

Na minha opinião, que estou remetendo à Mesa, para o Governador ter essa licença é preciso aprovação da Assembléia Legislativa. A Constituição do Estado e o Regimento Interno dizem o seguinte: "Compete privativamente à Assembléia Legislativa conceder licença ao Governador do Estado para interromper o exercício de suas funções", no item 11; e no item 12, "conceder licença ao Governador para ausentar-se do Estado e ao Vice-Governador, do País, quando prevista ausência superior a 15 dias". Não é o caso do item 12, mas chamo a atenção para o item 11: "conceder licença ao Governador do Estado para interromper o exercício de suas funções".

O Governador diz que estará ausente do País para tratar de assuntos de interesse particular. Ora, é óbvio que está interrompendo o exercício de suas funções; daí, a razão de ter enviado a mensagem, caso contrário, não o faria. A Assembléia está propensa a dar a equivocada interpretação de que o Governador apenas comunicou, e isso seria o suficiente, como se a Casa não tivesse que conceder a autorização.

Ele não explica mais sobre os motivos da viagem, se é de férias ou para tratamento de saúde, mas pede para interromper por assuntos de interesse particular. Está, portanto, interrompendo sua função de Governador no período. Apresento à Mesa o seguinte requerimento:

- Apresenta requerimento em que solicita seja encaminhado ao Plenário projeto de resolução apreciando mensagem do Governador do Estado de interrupção do exercício de suas funções no período de 1º a 13/3/2006.

Certamente votarei favoravelmente à interrupção, porém é preciso uma explicação mais detalhada, não à Assembléia Legislativa, mas ao povo mineiro.

Aproveito para reiterar outro requerimento. Achei que algum órgão de imprensa iria publicá-lo, mas parece que, à exceção da Assembléia, outros não se preocupam com o nepotismo no governo de Minas. Preocupam-se com o nepotismo no Tribunal de Justiça, na Assembléia, na Presidência, onde quer que seja, mas não há uma preocupação com o nepotismo no governo de Minas Gerais.

Estou com um requerimento para ser aprovado, pois descobri que o Governador nomeou 11 parentes. Como o nepotismo está para acabar, espero que isso ocorra também no Executivo mineiro. Que o Governador se comprometa, como nós já o fizemos, a já não ter parentes lotados nos gabinetes, a não ser, evidentemente, que sejam funcionários efetivos, conforme previsto na lei a ser aprovada na Câmara Federal! Que haja, de fato, cuidado em todos os Poderes, nos casos de recrutamento amplo! Que a análise crítica não se restrinja apenas a alguns e que não se abstenha em relação ao governo do Estado! Obrigado, Sr. Presidente e demais colegas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, de certo modo estou muito contente, pois, no primeiro dia de trabalho após o Carnaval, estão todos afiados, acompanhando os fatos, os acontecimentos, os assuntos, quer sejam nacionais, quer sejam internacionais, quer sejam locais. Isso é bom, faz bem à democracia.

Contrariamente ao meu antecessor, digo que, apesar de o Governador Aécio Neves não precisar enviar essa mensagem à Assembléia, a remeteu por delicadeza, gentileza e respeito ao Poder Legislativo, aos legítimos representantes do povo - repito, sem necessidade -, demonstrando espírito democrático, correto e respeitoso.

Tentar dizer que o governo Aécio Neves está ruim é difícil, pois 90% da população mineira o considera maravilhoso, ótimo. No carnaval, fui ao interior e visitei várias cidades. Conversei com o povo. Todos estão - não direi satisfeitos - muito satisfeitos com o Governador, principalmente as pessoas dos Municípios que eram esquecidos.

Na execução orçamentária do governo federal, há um programa de ajuda aos pequenos Municípios - o Deputado André Quintão gosta muito de se referir a eles -, o Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte. Execução orçamentária: 0,57%. Parece que não é bem a praia deles, onde gostam de atacar. Apenas 0,57% para ajudar os pequenos Municípios que, há anos, demandam melhor escoamento de sua produção e melhor acesso a um centro aonde pessoas doentes pudessem chegar, pois não havia estradas. Com o Pró-Acesso, todos estão rindo, pois o programa inclui os excluídos. Só quem anda em estrada de terra sabe o que é isso.

Portanto precisamos de mais tempo para falar do governo Aécio Neves. Numa semana, precisaríamos mais ou menos de uma hora para falar de tantas realizações. Não gastarei meu tempo com isso, até porque a sociedade mineira já está bem informada a respeito do belíssimo trabalho do Governador na saúde, na educação, em saneamento básico e no sistema penitenciário, área em que, sem um centavo do governo federal, fez tudo. Agora está fazendo a Linha Verde, sem receber um centavo do governo federal.

Deixem-me avisar ao povo, que está desinformado, que com a conta de energia elétrica foram arrecadados R\$500.000.000,00 dos mineiros. Para a eletrificação rural, voltou um pouco das migalhas, e o governo estadual destinou ainda mais recursos para a realização do programa. Dizer que se trata de verba do governo federal é querer enganar o povo. Já que o recurso é arrecadado em Minas Gerais, já que os mineiros pagam a conta, trata-se de recursos dos mineiros para aplicar justamente a seu favor. Portanto a eletrificação rural não é feita com dinheiro do governo federal, mas sim com o arrecadado aqui. Não existe dinheiro federal, caso contrário teríamos de ter dinheiro federal, estadual e municipal. O dinheiro que sai de Minas Gerais para o governo federal é infinitamente maior que os poucos recursos enviados ao Estado.

Agora, ele, em cima da hora, preocupado com a eleição, está tapando os buracos das estradas. Passei pelas estradas federais, cheias de operação tapa-buraco, mas, com duas ou três chuvas, voltará tudo ao que era. Mas os buracos foram tapados. É o que ele sabe fazer, pois não sabe governar.

O Lula diz que faz campanha durante 365 dias por ano. É claro, quem não governa tem tempo para fazer isso. O Lula daria certo no parlamentarismo, pois não precisaria governar; seria uma figura decorativa. Aí, sim, ele poderia fazer o que faz.

Volto a afirmar: quem sabe ele volte a inaugurar o Aeroporto do Galeão, como inaugurou duas vezes o Aeroporto de Recife! Quem sabe ele vai inaugurar mais uma vez o Aeroporto de Cumbica e o de Confins! Existem muitos aeroportos para o Presidente inaugurar novamente, e, já que é para inaugurar duas vezes cada um, Minas tem de reivindicar que ele volte a inaugurar o Aeroporto Tancredo Neves.

Quero gastar meu tempo falando de uma coisa muito séria: nenhum partido, nenhum governante, nenhum grupo político recebeu tanto apoio da CNBB como o PT e o Presidente Lula. Nunca ninguém recebeu tamanho apoio. E a CNBB tem a capilaridade, portanto, tem mais sensibilidade em perceber o sofrimento do povo.

Gostaria de ler um trecho do que foi dito pela CNBB: "Igreja faz crítica a juros altos e diz que o Brasil é um 'paraíso financeiro'". E falam de inclusão social. "O Secretário-Geral da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D. Odilo Pedro Scherer, criticou ontem a política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva, dizendo que é preciso rever 'os juros altos' porque o Brasil tem sido um 'paraíso financeiro', extremamente concentrador. Para ele, a população brasileira esperava mais em relação às ações sociais de Lula.

‘É preciso rever isso. O paraíso financeiro é o Brasil. A política brasileira é extremamente concentradora’, disse o Secretário-Geral da CNBB, logo após o lançamento da Campanha da Fraternidade 2006”.

Ele não está falando sozinho. A CNBB tem bons assessores e acerca-se de profissionais, de bons conselheiros e economistas.

O Prof. Márcio Pochmann, da Unicamp, diz textualmente que "...enquanto as 20 mil famílias mais ricas recebem de juros de seus empréstimos ao governo..." - leia-se, cada vez que a taxa Selic aumenta, eles ganham mais; cada vez que a taxa Selic diminui um pouquinho, eles ganham menos um pouquinho; como ela está excessivamente alta, eles estão ganhando excessivamente. E, pasmem as senhoras e os senhores: as 20 mil famílias mais ricas recebem de juros do dinheiro que emprestam ao governo federal R\$110.000.000.000,00 por ano. Oito milhões e setecentas mil famílias pobres recebem desse mesmo governo, por meio de seus programas sociais, cerca de R\$7.000.000.000,00. As 20 mil mais ricas recebem R\$103.000.000.000,00 a mais que as 8.700.000 mais pobres do Brasil.

O professor calcula o "per capita": isso significa que os ricos recebem do governo federal... E o governo federal pode subir ou baixar a taxa Selic, isso é uma decisão do Banco Central, é uma política de governo; por isso a CNBB fala do paraíso fiscal. É claro que todo o mundo quer investir aqui, pois nunca se ganhou tanto dinheiro do sistema financeiro. E ele diz que o mais rico recebe - e isso dói -, em média, R\$2.685,00 por dia, enquanto os mais pobres recebem, em média, R\$0,48 por dia.

Isso é inclusão social? É isso que a CNBB está dizendo, ou seja, que não está havendo equilíbrio entre rico e pobre, mas a diferença está aprofundando-se.

Até usam, agora, o governo do Fernando Henrique Cardoso, mas conseguiram piorar o que o Fernando Henrique equivocadamente fez! Criticam o Fernando Henrique, mas fizeram pior que ele! E dizem fazer inclusão social! Mas a máscara cai, e a repercussão começa. O jornal de hoje mostra a situação das estradas federais em Minas Gerais. Mesmo com a operação tapa-buracos, morreram 26 pessoas. Todo o dinheiro é para pagar o Itaú, o Bradesco, os sistemas financeiros nacional e internacional. E o Lula ainda faz a gracinha de pagar R\$15.000.000.000,00 ao FMI! Se tivesse investido nos pobres, quem sabe isso passaria para R\$0,70 por dia!

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)* - Sr. Presidente, Deputados, Deputado Miguel Martini, as suas ponderações são extremamente oportunas para que todos nós possamos fazer uma profunda reflexão a respeito dos juros, que não vêm de agora, como V. Exa. afirmou, com franqueza e compromisso com a verdade. Havia isso também no governo passado. Infelizmente houve uma espécie de estelionato eleitoral, pois esperávamos ser diferente e, lamentavelmente, foi pior.

V. Exa. cita a CNBB, uma das entidades mais corretas, sérias e comprometidas com a vida do universo, e o desapontamento com o governo Lula, sobretudo com os juros. Não acredito que uma pessoa com a história de vida do Lula goste de que sejam praticados esses juros. Mas falta-lhe competência para mudar essa situação, vontade de trabalhar e de se aprofundar, conhecer mais os problemas.

O jornalista Clóvis Rossi, um dos mais respeitados deste país e que, como a CNBB, apoiava a caminhada do Presidente Lula à Presidência da República, disse o seguinte: "Para o andar de baixo, basta a esmolinha das bolsas isso e aquilo, até porque ninguém diz que, em janeiro, o governo pagou, de juros, R\$17.900.000.000,00 num só mês, mais do dobro do que gastou em todo o ano passado com os programas de transferência de renda aos mais pobres. Depois, Lula ainda diz que ninguém fez tanto para os pobres. Sim, pelos paupérrimos: Itaú, Bradesco, Santander, Real, etc." Chegamos à conclusão de que o Lula tem vontade de ser o pai dos pobres, mas, com certeza, é a mãe dos banqueiros. Obrigada.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Compreendo que o horário de V. Exa. está expirando, mas queria apenas fazer um registro. O orador que o antecedeu nessa tribuna disse que o risco-Brasil caiu. O risco-Brasil atende à influência dos banqueiros e, por essa razão, quando o governo Lula assumiu estava alto. Naquele momento, tinha-se a expectativa de que o governo iria contrariar os interesses dos banqueiros. Como isso não ocorreu - Lula imediatamente fez pacto com o FMI, pagando inclusive juros antecipados -, o risco-Brasil tinha de cair, como aconteceu. Não se trata de eficiência do governo, mas de submissão ao capital externo, o que é diferente.

O Deputado Miguel Martini - Muito obrigado, Deputado Sebastião Costa.

Para concluir, gostaria de dar uma boa notícia, já que se falou tanto em inclusão dos pobres, em trabalhar pela região pobre. O Governador Aécio Neves acaba de anunciar US\$35.000.000,00 para o combate à pobreza no Jequitinhonha, no Mucuri e no Norte de Minas. Esse valor gira em torno de R\$80.000.000,00 a R\$90.000.000,00. É um governo sensível, que não dá esmolas, mas constrói um Estado. Aliás, em relação ao governo anterior, eu diria que o atual governo está reconstruindo o Estado, pois gera empregos, crescimento, oferece mais qualidade à educação e à saúde, além do melhor acesso à população. Portanto, isso é trabalho, é governo; o resto é figura de retórica.

Acho engraçado quando dizem que o Lula cresceu nas pesquisas. Gastam-se fábulas com a mídia, sem falar nos acordos espúrios, que, como sabemos, foram feitos com determinada emissora de televisão. Estamos falando do que o governo federal gasta com publicidade. Trabalha-se com uma mídia violenta; depois, faz-se a pesquisa.

O Lula não governa, vive de um Estado para outro. Se ele ficar em Brasília, terá de tomar algumas decisões. Decidir sobre o quê, se ele tem quem decida por ele?

O Deputado João Leite (em aparte)* - V. Exa. tem os números relativos aos gastos do governo federal com propaganda. É interessante expô-los para mostrar que este governo gasta mais com propaganda do que com saúde e educação. Acompanho o pronunciamento de V. Exa. e não tenho...

O Deputado Miguel Martini - Vou dizer: R\$27.000.000,00 com publicidade e R\$12.000.000,00 com educação, construção de escolas e instalações. Essa é a diferença, Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Que bom! V. Exa. trouxe a realidade, a verdade. Creio que também trouxe algo para pensarmos. A CNBB nos leva a fazer uma reflexão. Como brasileiro, essa crítica, essa comparação feita pelo Secretário-Geral da CNBB me dói muito. Temos de assumir a realidade de que o nosso país se transformou em um paraíso financeiro, já que tudo é dado aos bancos, ao setor financeiro. Essa é a verdade. Vou devolver a palavra ao Deputado Martini. Na avaliação do Secretário-Geral da CNBB, lamentavelmente o Brasil se transformou em um paraíso financeiro. Temos de concordar com o líder da CNBB. Parabéns, Deputado Miguel Martini. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado João Leite. Encerro o meu pronunciamento, Deputado Fábio Avelar.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/3/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando, a partir de 7/3/2006, Leandro Andrade Genaro Oliveira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Ricardo Junio Lana para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonídio Bouças

exonerando Arnaldo José de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando Carla Marques Cortes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Rodrigo Ribeiro Pereira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Arnaldo José de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Claudio Humberto Lino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Dener Gonçalves Tosta para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Jeimes Robert Costa Siquieroli para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Renato Camilo dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Passos

exonerando De Marie Dornelas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Elaine Oliveira Carvalho Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/3/2006, que nomeou Ângela Maria Nascimento Antunes Lima para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Ângela Maria Rodrigues dos Santos para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Lei 9.384, de 18/12/86, e no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, bem como na Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e no § 2º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, recepcionado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 1º/3/2006, Dirce Maria Bernardes, ocupante do cargo em comissão e de

recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, com proventos a serem taxados no cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.123, de 4/11/92, 5.198, de 21/5/2001, assinou o seguinte ato:

exonerando Maria de Fatima Pereira do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria-Geral.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos do art. 21 da Resolução nº 5.086, de 31/8/90, c/c o disposto no art. 7º da Resolução nº 5.123, de 4/11/92, assinou o seguinte ato:

nomeando Maria de Fatima Pereira para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-2-04, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria-Geral.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Dirce Maria Bernardes para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 20/3/2006, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global anual, tendo por finalidade a contratação de empresa para fornecimento de lanches aos alunos de escolas públicas e particulares dos ensinos fundamental e médio, participantes do Programa de Educação para a Cidadania e do Projeto Parlamento Jovem da Assembléia Legislativa.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 7 de março de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: HS Jardinagem Ltda. Objeto: execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica para o sistema de irrigação automatizada para as áreas verdes do entorno do Palácio da Inconfidência e prestação de serviços de jardinagem nas dependências da Assembléia Legislativa e seus anexos. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação contratual, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses a partir de 1º/3/2006. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Itapagipe. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Portal Jurídico Comercial de Livros Ltda. Objeto: fornecimento de livros para a Biblioteca Camilo Prates. Vigência: a partir da assinatura até 31/12/2006. Dotação orçamentária: 44905200. Licitação: Processo Licitatório nº 73/2005 - Pregão Eletrônico nº 64/2005.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Clean Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.